



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881

Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Villas Boas

Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagem, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------

EIXO 3

AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

**Mulheres camponesas e quintais:
anúncio de esperança e re(existência) para a vida planetária**

*Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça,
Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes*

**O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB:
um despertar feminista**

Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa

**Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia:
uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de
Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

*Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva
e Josefa Adriana Leal*

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista

Adriana Fernandes Souza¹

Charlotte Emanuele da Silva Sousa²

Introdução

Na conjuntura política do Brasil de 2016, presencia-se um retrocesso em relação aos direitos do povo brasileiro e às conquistas da classe trabalhadora, um momento de fortes desmontes e desmobilizações das construções políticas, metodológicas, civilizatórias e emancipatórias, principalmente no que se refere às conquistas para os povos do campo, das florestas e das comunidades tradicionais.

Dentre as ações do presidente ilegítimo em exercício que atingem diretamente esse público, está a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o fim do Plano Safra, assinado em maio/2016 e que tinha 30 bilhões destinados para a política da agricultura familiar (com destaque para ações direcionadas à juventude e às mulheres).

Passaram as cinco pastas (secretarias) relacionadas à Reforma Agrária e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a responsabilidade da Casa Civil, sob a administração do ruralista Elizeu Padilha (PMDB).

¹Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Linguagens, FUP-2013. Especialista em Agroecologia pelo curso Residência Agrária - UnB/ENFF/Pronera/CNPq, FUP-2015. Integrante do grupo de pesquisa Modo de Produção e Antagonismos Sociais - UnB desde 2010. Educadora do EJA - Projovem Campo Saberes da Terra, 2015-17, em andamento. Integrante da equipe pedagógica do Residência Agrária Jovem/UnB-FUP/MDA/Incra/CNPq, 2015-17, em andamento. Integrante do grupo de pesquisa Terra em Cena: teatro, audiovisual e Educação do Campo.

²Tecnóloga em Agroecologia IFB-2013. Especialista em Agroecologia do curso Residência Agrária - UnB/ENFF/Pronera/CNPq, FUP-2015. Integrante do grupo de pesquisa Terra em Cena: teatro, audiovisual e Educação do Campo.

Correlacionadas às estratégias neoliberalistas, por tabela assiste-se à extinção de secretarias estratégicas que atendiam a esse mesmo público via Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea)³, como a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Outro grande retrocesso foi a aprovação em outubro de 2016 de alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Quando publicaram a nova legislação da Educação em novo formato, anularam todos os parágrafos incluídos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008 envolvendo o ensino médio e fundamental, e transformaram em não obrigatórios os componentes curriculares de Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física, Música e Cultura Afrobrasileira.

Diante de tais retrocessos políticos⁴, somam-se outras medidas: não é mais garantida a universalidade do ensino básico nem a gratuidade do ensino público básico, e não é mais obrigação do Estado garantir educação infantil para todos. Infringindo e afrontando a Constituição de 1988, ao tratar dos artigos 198 e 212, que garantem um limite mínimo de investimento do Estado na saúde e na educação, fortalece a privatização, a mercantilização e a educação como mercadoria e não mais como direito.

Neste artigo, busca-se visibilizar o processo formativo contra-hegemônico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária: Matrizes Produtivas da Vida no Campo - 2013/15, ofertado pela Universidade de Brasília e vivenciado por um grupo de cinquenta (50) profissionais do campo, cuja turma recebeu o nome de "Marias da Terra".

³O Pronea nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo, promovendo a justiça social no campo por meio da democratização do acesso à educação, com a alfabetização e escolarização de jovens e adultos, a formação de educadores para escolas do campo, a formação de profissionais de nível médio, superior, pós-graduação lato sensu (Especialização Residência Agrária) e stricto sensu. Foi instituída uma política pública de Educação do Campo pelo Decreto 7.352, de 4/11/2010. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino para beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Programa Nacional de Crédito Fundiário e dos projetos executados pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Incra.

⁴Partindo de uma breve análise, neste ano de 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o presidente em exercício, ao assumir, consolidou os desmontes políticos com as Propostas de Emenda à Constituição que retiram os direitos dos trabalhadores e reformam a Previdência, além de medidas contra o sistema público de educação.

Está registrada aqui parte das experiências a partir do olhar de duas mulheres negras militantes de movimentos sociais do campo, uma do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a outra do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR), moradoras no território de Planaltina do Distrito Federal, com o foco central na consolidação da Comuna Panteras Negras.

As ações da Comuna Panteras Negras do Assentamento da Reforma Agrária Pequeno Willian têm como foco as mulheres negras e representam um espaço no qual a utilização da terra não é realizada somente por um núcleo familiar, mas pautada pelos princípios políticos do MST. De acordo com essa lógica, coloca-se em construção um ambiente que possa acolher mulheres negras militantes e estudantes, embasadas no companheirismo, na solidariedade, para assim possibilitar um espaço humanizado de fortalecimento, produção do conhecimento e da arte.

As demandas das lutas dos movimentos sociais do campo sempre tiveram um contexto de estratégias, incluindo bandeiras de lutas, tais como: Educação do Campo, democratização da terra, reconhecimento da cultura dos povos do campo, das comunidades tradicionais e das florestas, a emancipação política das mulheres e da juventude camponesa, equidade de gênero e a consolidação da Reforma Agrária Popular.

Essas lutas buscam a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora camponesa com o objetivo da transformação social e da busca por uma sociedade justa e igualitária. Elas são *protagonizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, num esforço por uma política de Educação que atenda às especificidades da realidade e aos interesses sociais e políticos dos povos do campo, tendo como desdobramento a conquista da Educação do Campo.*

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação, desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais (CALDART, 2012, p. 259).

Na Educação do Campo, os princípios educativos estão para além da sala de aula, diretamente relacionados e vinculados à vida, ao trabalho e à cultura popular, direcionando o conhecimento para a emancipação humana. A conexão da teoria e da prática é a base estruturante do processo

formativo, o que é possível com o sistema de alternância, valorizando cada camponês e camponesa, relacionando sua vida com a prática pedagógica e a escola, com a vida de cada sujeito.

Nesse contexto da Educação do Campo, o Residência Agrária da UnB, em sua estrutura pedagógica, trabalhou os processos formativos em sistema de alternância, com dois tempos de ensino (Tempo Universidade e Tempo Comunidade). Portanto, na universidade, o acesso ao conhecimento acadêmico, e na Comunidade, a integração da teoria somada ao conhecimento popular e às práticas das intervenções dos estudantes.

A estrutura educacional proposta nos cursos de Residência Agrária é de natureza contra-hegemônica, visto que proporciona aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo a possibilidade de se dedicarem também à vida acadêmica. O que favorece essa situação é principalmente a lógica do ensino em alternância, com a ciranda infantil, espaço destinado a acolher as crianças com educadores(as) preparados, permitindo aos pais e às mães a conciliação de trabalho e estudo.

Desse modo, ampliam-se criticamente as concepções teóricas dos profissionais em formação, aliando as dinâmicas do cooperativismo às práticas agroecológicas nas comunidades e nos territórios vivenciados.

Portanto em última instância, a intencionalidade principal do Programa Residência Agrária é constituir-se em política capaz de estimular a produção do conhecimento sobre e para o campesinato, no âmbito das Ciências Agrárias, nas universidades públicas com base na pesquisa e extensão em áreas de Reforma Agrária (MOLINA, 2009, p. 19).

Este artigo busca explicitar os resultados da trajetória formativa das experiências e ações políticas das mulheres inseridas no curso, tornando visível a importância da educação quando vinculada à realidade dos sujeitos em formação.

Em tal contexto, a educação tem a função social de romper uma lógica de exploração do trabalho, empoderando⁵ os sujeitos em formação,

⁵O empoderamento ocorre quando, a partir dos processos de formação política nos movimentos sociais, o ser envolvido, empossado de uma consciência emancipatória e libertadora, assume seu protagonismo como sujeito, ou seja, adquire poder a partir de uma consciência política.

contribuindo com a organização social, produtiva e cultural da vida nas comunidades envolvidas, e articulada às estratégias de lutas dos movimentos sociais, resultando em uma educação emancipatória.

A explicitação do confronto principal em que se move a Educação do Campo que, embora sejam muitos e diversos os seus sujeitos, é o camponês o sujeito coletivo que identifica, na sua especificidade, o polo da contradição assumida. Vivendo sob o capitalismo, os camponeses confrontam sua lógica fundamental com a da exploração do trabalho pelo capital, resistindo em um modo distinto de produzir, de organizar a vida social e de se relacionar com a natureza (CALDART, 2012, p. 261).

No curso, as mulheres, em especial, se fizeram protagonistas ao romperem o silêncio e ao reagirem às posturas machistas naturalizadas de um colega logo nos primeiros dias de aula, buscando uma lógica de entendimento e de equidade de gênero debatida nos movimentos.

Organizando uma assembleia das mulheres, trazendo o incômodo das ações, promovendo alterações na metodologia pedagógica, a coordenação política do Residência Agrária buscou inserir nos estudos o debate sobre o feminismo, que foi trabalhado como disciplina em 2013-14 e veio potencializar o coletivo em formação na escolha do nome da turma, "Marias da Terra".

Por consequência, alguns nos territórios dos(as) educandos(as) realizaram em 2014 seminários que abordaram a questão do feminismo e a mulher na Reforma Agrária. Em âmbito nacional, foi promovido o Seminário Conexões IV: Feminismo, Campesinato e Luta de Classes, com temas de debates e exposição de trabalhos sobre a trajetória do feminismo na luta de classes, as mulheres nas revoluções, o feminismo e a questão agrária, violências, resistências e organização das mulheres.

Ações contra-hegemônicas nas práticas formativas da Turma "Marias da Terra"

Um curso em que 70% dos participantes são mulheres não as torna necessariamente protagonistas. O diferencial é se tratar de uma turma com

bagagem política adquirida nos processos formativos das lutas em seus movimentos sociais de origem, nos quais as discussões e a formação se dão em uma perspectiva da igualdade de gênero e a valorização das mulheres, com as lutas pautadas pelas companheiras, inserindo as demandas femininas.

Nas formas organizativas, os movimentos sociais do campo organizam os núcleos de famílias (núcleos de base), que distribuem seus membros nos setores operativos (educação, saúde, produção, cultura, comunicação, gênero, formação e outros), com divisão de tarefas e trabalhos coletivos nos espaços decisórios, nas coordenações e instâncias diretivas dos movimentos, e estabelecem a participação de 50% de mulheres.

Com a luta para romper com as heranças do patriarcado⁶, intrínseca no meio rural, as mulheres dos movimentos sociais do campo passam a ter reações imediatas às práticas naturalizadas machistas, na busca por legitimar o seu protagonismo na conquista da terra e dando visibilidade ao trabalho feminino, o que fez diferença para as mulheres do curso.

Considerando os avanços políticos das mulheres na Reforma Agrária⁷ com relação às conquistas da posse da terra, em muitos casos a mulher ainda é mantida em situações de exclusão e discriminação.

Apesar disso as desigualdades entre homens e mulheres persistem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder em bases econômicas⁸. Historicamente as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo Estado e pela sociedade.

⁶Sistema no qual o homem é o único provedor do núcleo familiar e a mulher vive em uma condição de submissão, situação muito frequentemente encontrada no campo.

⁷São exemplos de avanços: o acesso e a titularidade da terra; ganhos na área da saúde (com centros de referência em saúde do trabalho voltados para o campo e florestas); Programa de Ações Integradas Brasil sem Miséria; aumento do limite de venda da agricultura familiar para merenda escolar previsto em leis; ampliação de crédito rural com elevação da participação das mulheres; linha exclusiva para as trabalhadoras com o Pronaf Mulher; ampliação do acesso à creche; plano de enfrentamento à violência contra a mulher do campo; programa de documentação civil com foco na mulher.

⁸Esta análise embasa-se nos diferentes processos sociais, documentos (programas, projetos e relatórios técnicos), estudos (MDA), por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE), e nas diretrizes e agendas propostas no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003 e nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II, produzidos a partir de 2004.

de como agricultoras familiares e assentadas da Reforma Agrária (BUTTO et al., 2008, p. 21).

O direito à posse e ao controle da terra contribui processualmente para a ampliação da autonomia da mulher, e o modelo da agricultura camponesa e familiar se contrapõe ao padrão hegemônico da agricultura patronal. Entretanto, ainda se observa que no núcleo familiar existem muitas mulheres que se encontram em condições de submissão e superexploração de sua força de trabalho, permanecendo em uma condição histórica de invisibilidade.

Essa é uma prática arcaica com a qual a Reforma Agrária busca romper por meio de processos formativos que buscam a equidade de gênero, que vão desde a forma da estrutura organizativa do movimento ao acesso a cursos da Educação do Campo e a cursos formais.

Um despertar feminista: as mulheres da Turma “Marias da Terra”

A forma como se estrutura a nossa sociedade atual e o ensino tradicional condiciona a entrada e a permanência no mundo intelectual apenas daqueles que são habilitados em face das exigências seletivas desta sociedade, e têm como base os abismos sociais entre as classes e raças/etnias.

A disputa por um lugar no espaço intelectual e acadêmico se faz necessária e é uma luta permanente, pois ainda é um lugar pouco ocupado por mulheres negras e em permanente disputa, no qual, quando se adentra, é necessária a consciência de precisar romper com os paradigmas e preconceitos de que ser uma mulher negra é ser menos.

Dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atual para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX, só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva ideia de que ela está nesse planeta principalmente para servir aos outros (HOOKS, 1995, p. 5).

Como mulheres negras e mães, pertencentes à classe trabalhadora camponesa, o não lugar na vida acadêmica estaria predestinado a nós, e entrar na academia, especialmente no curso de Residência Agrária, desencadeou diversos processos particulares e coletivos, compondo o que aqui chamamos de um “processo gradual do despertar”.

Uma parte das pessoas que fez essa formação ainda não havia acessado cursos da Educação do Campo que não contemplam os debates em relação às questões de gênero/raça tão recorrentes no meio rural, porém as abordagens sobre a Agroecologia (um dos eixos de formação) permitiram um diálogo mais fortalecido e enfatizaram o protagonismo dessas mulheres do campo.

Esse eixo de formação foi estratégico para fortalecer as ações das mulheres com estudos sobre Agroecologia e sua ligação com os movimentos sociais do campo. No eixo Cultura, os trabalhos com o Teatro do Oprimido permitiram um vasto leque de possibilidades de atuação, uma vez que o não lugar e a invisibilidade não seriam mais um destino para as mulheres negras admitidas no Residência Agrária.

Além das vivências e dos estudos que possibilitaram acessar conhecimentos estratégicos para a formação e as intervenções realizadas nas comunidades, a luta também seria para que outras mulheres se conscientizassem e rompessem com esse processo, assumindo o protagonismo de suas vidas.

São recorrentes os estudos que apontam que as moradoras negras do campo e da cidade pertencentes à classe trabalhadora ocupam os lugares de menos ou nenhum protagonismo na sociedade capitalista. Assim, a nossa luta não é focada em apenas um oponente, pois, além do capital, o sexismo e o racismo se apresentam como adversários, o que torna a luta no mínimo tripla, pois a mulher negra já é duplamente discriminada, por ser mulher e ser negra.

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras segue um padrão estabelecido nos primeiros dias da escravidão. Como escravas o trabalho compulsório obscurecia todos os outros aspectos da existência das mulheres. Parece, pois, que o ponto de partida para uma investigação da vida das negras sob a escravidão seria uma avaliação de seus papéis como trabalhadoras (DAVIS, 2013, p. 10).

Dessas reflexões vem o despertar: não é por que estamos entre “os nossos” que estamos protegidas. “A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial que perpassa todas as classes sociais, gerações, orientações sexuais e se dá tanto com mulheres que vivem na cidade como as que vivem no campo” (MST, 2015). A partir desse despertar, vem a resistência e o protagonismo contra o ataque às mulheres do curso.

A lógica da violência é rompida pelas mulheres da turma “Marias da Terra”, assumindo um protagonismo ímpar e possibilitando sua maior participação no conjunto de ações, que acabam conseguindo romper as correntes que as mantinham atreladas à submissão, à opressão, e que outrora aceitavam a condição da invisibilidade.

Os galanteios e olhares maliciosos, as brincadeiras machistas naturalizadas, as falas discriminatórias lançadas no início do curso foram considerados inaceitáveis por essas mulheres, o que significou um momento estratégico que acabou revertendo qualitativamente para a convivência dos dois anos juntos, a partir de uma assembleia reivindicada e realizada pelas mulheres.

As mulheres do curso se colocam como protagonistas, enfrentando outras lutas paralelas, pois muitas delas, quando entram nos cursos de alternância, enfrentam grandes conflitos nos seus núcleos familiares. Seus companheiros têm dificuldade de entender como se estrutura o sistema de alternância, o que levou muitas a terem de fazer escolhas: assumir o trabalho dobrado ao retornar para suas casas no Tempo Comunidade⁹ ou até mesmo se separar de seus maridos.

Os trabalhos produzidos nas comunidades e as ações nos territórios resultaram em experiências concretas, não porque os homens julgaram que seria importante destacar o valor das mulheres, mas em razão de elas promoverem ações contra-hegemônicas, mais fortalecidas e estimuladas, com base na luta dos

⁹Muitos dos esposos/companheiros, partindo de uma lógica machista, afirmam que suas mulheres estão “à toa” durante o Tempo Escola e deixam propositalmente acumular o que para eles é obrigação da mulher, como roupas e casa sujas, principalmente quando eles ficam com os filhos em idade escolar. Em muitos casos, ocorre até violência doméstica, por acreditarem que elas estão “procurando macho”. Infelizmente, em alguns casos, as mulheres acabam desistindo de estudar, porém há situações positivas, quando, nos casos de violência, as mulheres decidem pela separação por compreenderem seu papel na sociedade e a importância da sua formação.

seus movimentos sociais e nos princípios formativos do curso, no qual a realidade do sujeito favorece as práticas nas comunidades e as intervenções femininas.

Comuna Panteras Negras: o processo na perspectiva do feminismo negro

A Comuna Panteras Negras é uma parcela (gleba) do Assentamento da Reforma Agrária Pequeno Willian do MST, localizado em Planaltina/DF, local em que nos desafiamos a colocar em prática um projeto que começou a sua construção como um sonho em 1999, período em que dentro do movimento eram realizados debates políticos sobre as “Comunas” e sobre como consolidar essa experiência no MST.

O Assentamento Pequeno Willian foi construído com glebas individuais, ou seja, a titularidade da terra é de um representante da família, o que ocorre normalmente em todas as áreas dos assentamentos da Reforma Agrária. As parcelas atendem às demandas de uma única família, propõe-se a coletivização de uma gleba individual, rompe-se com uma lógica e ressignifica-se o uso da terra para atender a demandas de um coletivo.

Na trajetória dos vinte e dois anos das lutas do MST no Distrito Federal, algumas iniciativas foram realizadas, porém sem resultados concretos. Entretanto, alguns militantes mantiveram a perspectiva de criar as condições de construir uma “comuna” e, assim, começaram a estruturar o projeto que se desdobrou nas Panteras Negras e o resultado começou a se consolidar em 2013, quando oficialmente foi constituído o assentamento e as vinte e duas famílias receberam suas parcelas.

A parcela que foi destinada a uma militante negra do MST teve seu nome inspirado na luta dos *Black Panthers Party* (Partido dos Panteras Negras), que se desenvolveu na Califórnia (EUA) entre 1966 e 1982. Era um grupo revolucionário extraparlamentar socialista marxista, que surgiu na defesa dos moradores negros contra os atos de brutalidade da polícia. Lutava pelos direitos da população negra e era um grupo de defesa da resistência armada contra a opressão dos negros, o que é para a Comuna um referencial: o am-

paro e o fortalecimento das mulheres negras, rompimento com o abuso do poder hegemônico contra as mulheres.

A Comuna foi pensada como uma parcela com autonomia de organização, mas não desvinculada das decisões e dos encaminhamentos políticos do MST na luta pela Reforma Agrária. Conta com moradias além do núcleo familiar beneficiário, com construções alternativas, como a bioconstrução¹⁰, organizadas aproximadamente na forma de raio de sol, com uma área comum no centro e as moradias ao redor de um núcleo, fortalecendo a segurança, ressignificando a convivência social e produtiva do coletivo.

A Reforma Agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamenta numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2014, p. 33).

A estrutura organizativa da Comuna Panteras Negras foi projetada com dois focos estratégicos: primeiro, um espaço de suporte às mulheres negras militantes/estudantes do MST; segundo, trabalhos com atividades culturais e de pesquisa com práticas agroecológicas, destacando a implantação de uma unidade demonstrativa¹¹ de sistema agroflorestal integrado¹², visando à autossustentação das famílias da comuna em parcerias com os movimentos e organizações sociais campo/cidade, instituições de ensino e comunidade local.

São desenvolvidos trabalhos com o Teatro Político, saraus literários, formação de incentivo à autonomia das mulheres e jovens, além de cursos

¹⁰Construções que utilizam o resgate de técnicas milenares, como a taipa de mão, experimentos com hiperadobe (terra colocada em um saco específico e reciclagem de paletes).

¹¹Um dos projetos de intervenção para os estudantes do Residência Agrária nas comunidades era a implantação de unidade demonstrativa de um SAF no território de Planaltina/DF.

¹²Forma de produção nas práticas agroecológicas que desenvolve de forma consorciada e integrada com a natureza plantios de árvores frutíferas, exóticas e hortaliças.

de bordado, audiovisual com a juventude para produção de documentários, reciclagem de pneus, produção artesanal com fibras de bananeiras e espaço de formação política e pesquisas no âmbito das experiências agroecológicas.

Com a formação teórica e as práticas realizadas priorizando o resgate dos mutirões¹³, encontra-se em desenvolvimento uma unidade demonstrativa de um Sistema Agroflorestal (SAF) e compostagens orgânicas, oficinas de fossas ecológicas (bacia de evapotranspiração e fossa séptica), reservatório de água, de ferrosolocimento e reaproveitamento ecologicamente sustentável da água cinza com círculos de bananeiras.

No espaço da Comuna Panteras Negras, contamos com a biblioteca "Carolina Maria de Jesus"¹⁴, que, desde o tempo de acampamento em barracos de lona, visa possibilitar o acesso da comunidade em geral e dos estudantes ao conhecimento.

Diante do processo dialético de construção, enfrentamos vários desafios para consolidar um projeto que tem por objetivo refuncionalizar a lógica de organização das conquistas na Reforma Agrária, atendendo de uma forma revolucionária e humana, possibilitando o acesso a técnicas de autocuidado com as mulheres.

No atual momento de crise política e social, em meio a tanta violência contra a mulher e as populações negras e pobres, é urgente a demanda por espaços que sejam instrumentos de luta e acolham o ser humano, principalmente as mulheres negras, e que promovam a consciência política e o amor, para o fortalecimento dessas lutadoras.

¹³Forma tradicional e cultural de trabalho camponês que reúne várias pessoas para um trabalho comum. Como exemplos, encontramos nos plantios, nas colheitas e nas construções das moradias, quando os camponeses exercem uma forma de autogestão e realizam trocas de serviços entre si, fortalecendo seus vínculos sociais. O mutirão é momento de muita alegria e fartura, quando todos se reúnem, porém, com o avanço da tecnologia, vem perdendo sua força ao longo do tempo.

¹⁴Homenagem à escritora negra Carolina Maria de Jesus (1914-1977), de grande importância para a literatura brasileira, que escreveu seis romances, mais de cem poemas e sessenta e sete crônicas. Nascida em Minas Gerais, era favelada e catadora em São Paulo, registrava o seu cotidiano em cadernos achados no lixo. Seus diários transformaram-se no livro "Quarto de despejo", o de maior sucesso dentre outros que publicou.

Como mulheres camponesas negras, militantes e estudantes, afirmamos que a luta que enfrentamos contra o sistema forjado na herança da escravidão e do patriarcalismo tende a nos anular, invisibilizar e adoecer, colocando-nos no limiar da vulnerabilidade social.

A luta das mulheres tem questionado a sociedade sobre a ação destrutiva desse projeto que está em curso e tem provocado o debate da necessidade de organização e unidade da classe trabalhadora, além de ser uma convocação para a resistência popular... As mulheres lutadoras têm consciência de que precisamos construir instrumentos de luta que contribuam com processos de elevação da consciência, cultura e organizações das populações (MST, 2015, p. 11).

Na luta pela Reforma Agrária, são inúmeros os desafios que surgem: a conquista da terra para ter onde viver com a família com qualidade, produzir a autossustentação, o acesso à saúde, à educação, a créditos, a projetos, entre outros. Contudo, para as mulheres que vivem no enfrentamento direto com a herança patriarcalista, os desafios são maiores.

Quando a mulher é a chefe da família, há um estranhamento naturalizado e as discriminações são intensificadas, os assédios, violência e inúmeros questionamentos do tipo "pra quê uma mulher sozinha quer terra?". Essas abordagens machistas pioram ainda mais se essa mulher é negra, militante e estudante.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores de supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65).

A crença segundo a qual o "homem é o único provedor do núcleo familiar" ainda se mantém fortemente enraizada como herança do patriarcado neste modelo capitalista de sociedade.

Em decorrência da unidade evidenciada entre as mulheres dos movi-

mentos sociais do campo no território de Planaltina, ligadas pela luta e pelo Residência Agrária, as suas ações conjuntas para executarem as tarefas de militantes e estudantes, e para proporem a consolidação da Comuna demandaram esforços coletivos de todas. O grupo teve de se unir pela militância na luta pelo fim da violência contra as mulheres a fim de colocar em prática o uso coletivo da parcela por mulheres negras militantes e estudantes. A maior estratégia utilizada foi a participação direta nas ações e a continuidade dos estudos.

É uma experiência que possibilita tentar novas formas de organização, nas quais surgem processos construtivos para a transformação social e em que as questões da vida estão sob questionamentos, uma estratégia que impacta o meio em mudança na consolidação das possibilidades das reações sociais.

Na Comuna Panteras Negras, prioriza-se o compromisso político com a luta pela terra, com a luta de classe, contra o racismo e o combate à violência contra a mulher, em um local onde mulheres e homens possam viver com dignidade, sem opressão e preconceito, sem discriminação de qualquer ordem étnico-racial e sexual, em que a terra é compartilhada. É um projeto feito de gente disposta a transformar propostas convencionais em resgates de práticas milenares para a produção da vida e valorização da humanidade na coletividade.

Conclusão

As experiências vivenciadas nos cursos da Educação do Campo trabalham em sistema de alternância com dois tempos formativos (Tempo aula na Escola/Universidade e Tempo Comunidade), como se estrutura o curso Residência Agrária-DF, pois, se não compartilhadas, passam por ações isoladas. O processo formativo contribui para a emancipação humana, principalmente quando mulheres antes invisibilizadas adquirem consciência e autoconfiança nos processos de lutas nos movimentos sociais e nos espaços de formação educacional, Contribui ainda quando essas mulheres desafiam-se a entrar em enfrentamento com uma lógica machista e patriarcal herdada do sistema capitalista e assumem um posicionamento político concreto, com ações pautadas nas experiências e fortalecidas pela construção de uma unidade e autonomia feminina.

Uma vez que esses processos são dinâmicos e móveis no tempo e no espaço, a formação em sistemas de alternância incentiva as ações nos tempos paralelos e integrados à formação acadêmica. A experiência da Comuna Panteras Negras no território de Planaltina traz tanto a questão negra quanto fortalece o debate feminista, que ainda são trabalhados de forma marginalizada pela academia e pelo poder estatal. Portanto, os registros favorecem uma melhor compreensão dos processos emancipatórios e revolucionários nos quais as mulheres negras buscam inspiração e passam a ser protagonistas nos espaços acadêmicos e nas esferas sociais de um poder hegemônico constituído a partir da herança escravagista e estão intrinsecamente ligados à opressão em razão da classe, do gênero e da etnia.

Referências

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. 10 p.

BOAL, A. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 5. ed. - São Paulo: Civilização Brasileira, 1988 (Coleção Teatro Hoje, Volume 27).

BUTTO, A.; LOPES, A. (Orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2010, 240 p.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: _____ et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HOOKS, B. Intelectuais negras. Tradução de Marcos Santarrita. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2/1995.

MICHELOTTI, F. Residência Agrária. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C. Residência Agrária: concepções e estratégias. In: _____ et al. (Orgs.). **Educação do Campo e educação profissional: a experiência do Residência Agrária**. Brasília: MDA, 2009.

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Programa agrário do MST - Lutar, construir Reforma Agrária Popular**. VI Congresso Nacional do MST. 3. ed. - São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

_____. Setor de Gênero. In: **Caderno de Formação**. Paraná: Lunagraf, 2015.

SAFFIOTTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidades**. 3. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



A RESPEITO DOS AUTORES

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaurly da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG)

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

